



Aplicando
VISUAL
LAW
n o s e u
escritório

Leonardo
Vasconcelos

ISUAL

Leonardo Fontes Vasconcelos

Aplicando
VISUAL
LAW
n o s e u
escritório

Rio Branco – AC, 2021

Capital Jurídico **J**

www.revistacapitaljuridico.com.br

Apoio





Leonardo Fontes Vasconcelos

Atuou como publicitário durante 13 anos.

Hoje é advogado, formado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte, pós-graduando em processo civil, professor universitário, professor na Escola Superior de Advocacia da OAB/AC, presidente da Comissão Especial de Incentivo à Produção Científica da OAB/AC, membro da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/AC e Editor-Chefe da revista Capital Jurídico.

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTE EBOOK



Introdução

A origem do problema

O que é visual law

Desing não é estética

O objetivo do visual law

O elemento “forma”

O elemento “cor”

O elemento “tipografia”

O nosso destinatário

Redação simples

O desafio

Eleja prioridades

A percepção dos magistrados

A aplicação prática

Fontes de imagens e ícones

Aplicações comuns

Treinamento *in company*

Um material direto ao ponto

Caro colega, antes de iniciar a escrita deste *ebook* nós realizamos pesquisas para conhecer o que o mercado tem escrito sobre o assunto.

Pela internet há grande dificuldade de encontrar obras de qualidade que falem sobre *visual law*, o que é natural, tendo em vista que é um ramo extremamente novo.

Ficamos de certa forma tristes por ver vários *ebooks* e obras que se propõem a falar sobre o assunto (visual) mas que se apresentam com a estética muito deficitária.

Mais à frente veremos que a estética não é o objetivo principal do *visual law*, contudo, faz parte dele.

Ao finalmente nos depararmos com um ebook da **Thomson Reuters** ficamos aliviados por ver que é um material que soube apresentar o assunto muito bem, tanto tecnicamente como visualmente.

A Thomson Reuters está de parabéns.

Mas o foco deles é apresentar o assunto em sua completude, passando por todo o contexto que gerou a necessidade do visual law e apresentando as áreas técnicas do conhecimento que estão acima do que estamos estudando. É algo para quem realmente quer entender tudo sobre o visual law, indicamos a leitura para se aprofundar mais no assunto. O mesmo podemos dizer sobre o **ebook** criado pela Editora da OAB Nacional em conjunto com o Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).





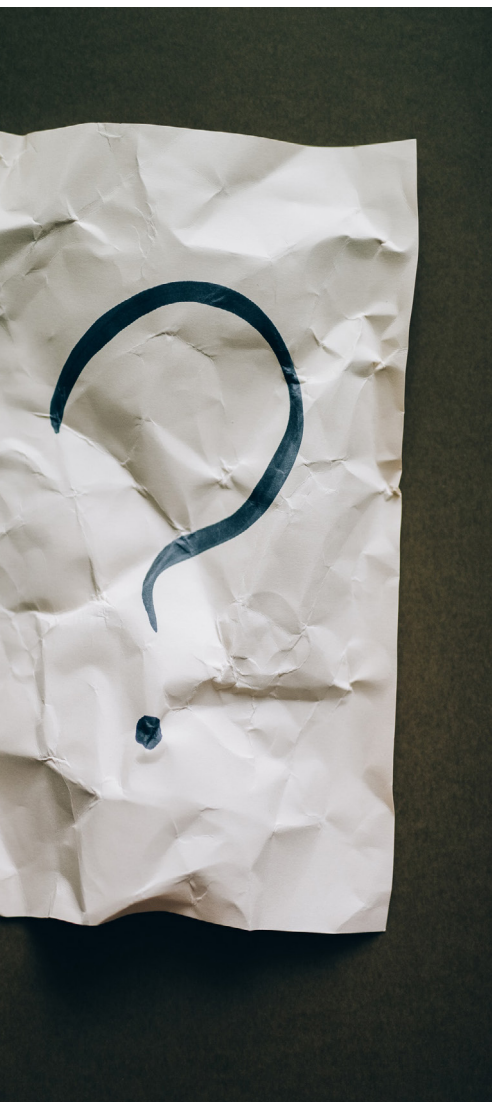
“O juiz não leu a minha peça!” A origem do problema

Já é conhecimento popular no meio jurídico que o magistrado não lê as petições com toda atenção do mundo. Mas isso é perfeitamente compreensível. Seria fora da capacidade humana o juiz dedicar total atenção a cada um dos processos que tramitam em sua vara.

De acordo com o **relatório Justiça em Números de 2021**, realizado pelo CNJ, apenas no ano de 2020 foram ajuizados em todo o Poder Judiciário 25,8 milhões de novos processos, encerrando o ano com um total de 62,4 milhões de processos em tramitação em toda a justiça.



Segmentando a análise apenas à Justiça Estadual, o ano de 2020 encerrou com um número de 1.244 novos processos para cada magistrado em segundo grau e



*“O juiz não leu a
minha peça!”*

A origem do problema

1.403 para cada magistrado
de primeiro grau.

Ainda mais delimitado,
restringindo-se ao TJAC,
foram 736 novos processos
em 2020 para cada
magistrado em segundo
grau e 475 para os de
primeiro grau. Números
que se somaram aos
processos que já estavam
em andamento sob a
tutela de cada um desses
magistrados.

Esse volume de processos
não sobrecarrega somente
os magistrados, mas
também todos os servidores
das varas, que, ao fim, são
eles que auxiliam os juízes
no andamento processual.



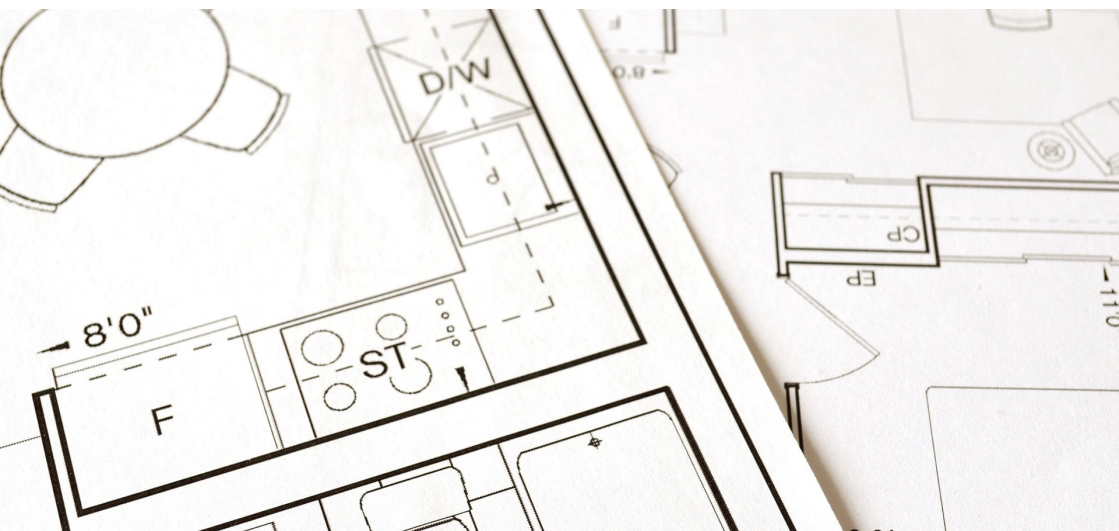
O que é visual law

É diante desse cenário que o *visual law* se apresenta como um dos meios que se propõem a colaborar com a celeridade processual.

Por certo, ele sozinho não é capaz de resolver o problema. Mas sabemos que a solução está em um conjunto de ações, não somente através de uma.

Em âmbito processual, você pode entender *visual law* como sendo uma nova forma de produzir as petições que visa a simplicidade auxiliada por recursos visuais, objetivando a leitura mais eficiente por parte dos destinatários e melhor compreensão do seu conteúdo.

Falando tecnicamente, o *visual law* é a aplicação do design nas atividades do Direito. É essa junção que fará com que a eficiência do design colabore para o Direito também ser mais eficiente.



Design não é estética

Falando em eficiência, se faz necessário mencionar que – diferente do que se costuma pensar popularmente – design não é estética.

Design é eficiência. É pensar e planejar as coisas com foco em como elas podem funcionar melhor.

Funcionalidade!

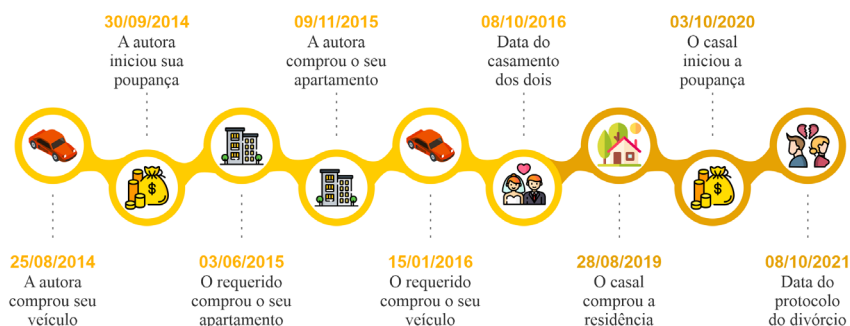
A estética vem apenas em última etapa, para embelezar e destacar visualmente o conteúdo trabalhado de forma funcional pelo design.

Exemplo prático

Em uma ação de divórcio e partilha, após a redação explicando toda a sequência dos fatos, é extremamente útil apresentar uma linha do tempo com visual law para que não reste dúvidas quanto ao regime de bens e quando cada bem foi adquirido.

Veja a seguir.

REGIME DE BENS: COMUNHÃO PARCIAL



BENS A PARTILHAR



Residência
Valor: R\$ 300.000,00



Poupança
Valor: R\$ 20.000,00



O objetivo é eficiência para todos

Já falamos na eficiência. Mas vamos aprofundar isso no uso jurídico.

Devemos procurar pensar em quais informações são as mais importantes para que elas sejam destacadas de imediato.

Posteriormente, devemos observar o que na nossa peça pode colaborar sobremaneira para o convencimento do magistrado (pensando em visual law aplicado em peças processuais).

Também é interessante utilizarmos gráficos, linhas do tempo, infográficos, imagens e toda forma visual que possa apresentar as informações de imediato.

A ideia é não fazer o magistrado e o servidor perderem muito tempo para compreenderem o nosso pleito. À primeira leitura, a ideia já será compreendida.

Recursos visuais otimizam a compreensão da informação de maneira considerável.

Acredite, o judiciário agradecerá por essa eficiência nas nossas peças.



O elemento “forma”

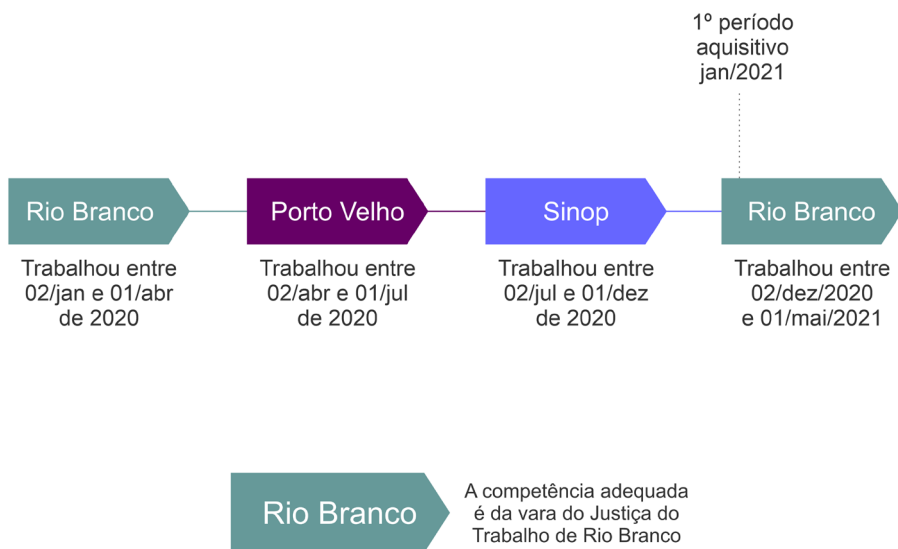
Uma das maneiras que os arquitetos, engenheiros, artistas plásticos, fotógrafos e outros profissionais utilizam para alcançar o resultado que pretendem nos seus projetos é o uso adequado e consciente das formas.

Arquitetos gerenciam as formas para criar funcionalidade nos ambientes. Fotógrafos enquadram as formas para guiar o olhar da pessoa para os pontos de interesse ao visualizar a foto.

Da mesma maneira nós podemos utilizar as formas conscientemente para destacar os pontos mais importantes das nossas peças jurídicas.

Exemplo prático

Em uma reclamação trabalhista que verse sobre um contrato de emprego cuja prestação de serviço se deu em diversos municípios, para se apresentar o foro que possui a competência adequada (o melhor para discutir a causa), podem-se apresentar os elementos visuais a seguir.





O elemento “cor”

A cor, por sua vez, tem utilidade muito grande no visual.

Repito: não se trata diretamente do visual e de embelezamento.

A principal função da cor é direcionamento da leitura. O uso correto de duas, ou mais, cores é capaz de gerar contraste entre os elementos e também de destacar o que merece mais atenção.

Em última análise, a cor serve para embelezar a peça – que também tem seu lugar.

A large, dark gray serif capital letter 'G' is positioned on the left side of the page. It has a classic, slightly ornate design with a thick stroke.A dark gray serif lowercase letter 'm' is positioned below the 'G'. It features a traditional serif font style with a thick, solid body.A dark gray serif uppercase letter 'W' is positioned below the 'm'. It has a classic serif font style with a thick, solid body.A dark gray serif lowercase letter 'u' is positioned below the 'W'. It has a classic serif font style with a thick, solid body.

O elemento “tipografia”

No design, quando se fala em tipografia se está falando no tipo de letra (fonte) que será usada no texto: fonte com serifa ou sem serifa.

Vamos adentrar um pouco nessa parte técnica porque ela tem reflexo importante no trabalho de *visual law*.

Serifa são os pequenos “pés”, ou pequenos traços, que ficam nas extremidades das letras – em cima e em baixo – a exemplo da imagem que segue ao lado e a fonte que estamos usando no corpo do texto deste *ebook*.

Times New Roman e Century (neste texto) são fontes com serifas.



O elemento “tipografia”

Já as fontes sem serifa são o oposto. As fontes que não possuem serifa (traços) em suas extremidades. Você certamente conhece a Arial, ela é uma fonte sem serifa.

Pois bem, por que isso é importante?

Fontes com serifa são melhores e mais eficientes para leitura de textos longos porque as serifa são indicativos ao nosso cérebro do início e fim de cada letra.

Essa indicação torna a leitura menos cansativa e força menos a vista.

O elemento “tipografia”

As sem serifas são boas opções para títulos, subtítulos e textos mais curtos (como nas citações) por preencherem o espaço mais uniformemente.

O resultado do estudo da tipografia é saber que no corpo da petição você deve utilizar uma fonte serifada e nos títulos e subtítulos uma fonte sem serifa. E mais, se você somar a criatividade a isso você verá que é possível criar um dinamismo interessante nos blocos de texto da petição.





O nosso destinatário

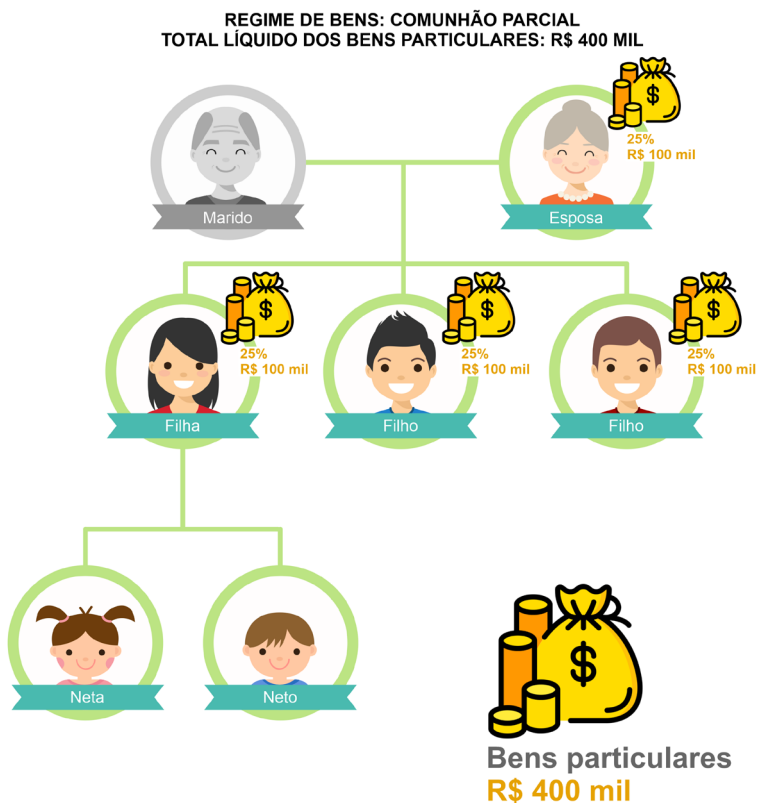
Já sabemos que, em regra, o nosso destinatário é o magistrado e os servidores da vara.

O que não impede que também tenhamos como público-alvo um cliente empresarial a quem devemos apresentar um relatório visual das suas ações judiciais, ou um cliente pessoa física para quem podemos demonstrar um resumo visual dos principais pontos da sua demanda.

O importante é sabermos exatamente quem é o destinatário para aquela peça em específico para, além de utilizarmos a redação e argumentos corretos, também ajustarmos o visual para alcançar maior eficiência.

Exemplo prático

Assim como no caso da ação de divórcio, em um inventário, apresentar uma árvore genealógica contendo o regime de bens e a distribuição das cotas da herança pode ser muito útil para a instrução.





Redação simples

Falando em redação e argumentos, também é considerada técnica de visual law uma petição com redação simples, sem brocardos jurídicos, sem delongamentos desnecessários, sem excesso de jurisprudência e doutrina.

Escrever o mínimo necessário, mas sem deixar de preencher os requisitos processuais e lembrando de apresentar os pontos e argumentos eficazes para o convencimento do magistrado.

Um texto prolongado, cheio de repetições, colocando jurisprudência em assuntos que já são pacificados e com incoerências internas depõe em desfavor do autor da peça.

Fatos, fundamentos jurídicos e pedidos. Mais do que nunca ser direto nesses pontos é primordial.

O uso dos recursos visuais aumenta ainda mais a eficiência de uma peça simples e direta.

Exemplo prático

Imagine agora uma ação de revisão de alimentos. O alimentante, embora tenha um salário considerado alto, tem também grande parte de sua renda comprometida.

Isso pode ser melhor compreendido e ter maior impacto visualmente.

GRÁFICO DE COMPROMETIMENTO DE RENDA

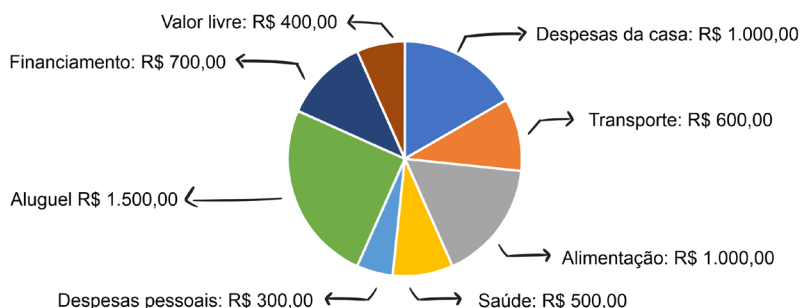
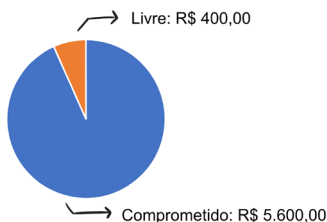


GRÁFICO DE COMPROMETIMENTO DE RENDA





Você tem um desafio

E então, o que é necessário para realizar esse trabalho?

Aí é que está o desafio da coisa. É necessário que criemos competências e habilidades que vão além da advocacia e do Direito.

Mas, como conseguiremos exercer nossas atividades advocatícias, com toda preocupação de cumprimento de prazos, pesquisas jurídicas, e ainda estudar teoria do design bem como o uso e domínio no manejo dos softwares gráficos?

Trabalhemos com a realidade: dificilmente conseguiremos fazer isso.

A solução, então, é contratar um prestador de serviço terceirizado para cuidar da parte de *visual law* das nossas peças – aproveita e já fecha contrato com ele para cuidar da divulgação do seu escritório também.



Você tem um desafio

Outra alternativa é capacitar um jovem advogado para cuidar dessa área para você.

Contudo, mesmo se você decidir seguir por essas alternativas acima, sugiro fortemente que você estude as teorias do design – mesmo que sejam as mais básicas – para que não fique totalmente nas mãos de outra pessoa. É necessário saber direcionar e gerenciar o trabalho de quem realizará essa função no seu escritório.

Mas, caso você sinta vontade de seguir os estudos de design para aplicar no *visual law*, não se assuste. É possível sim destacar um tempo para esses estudos, mesmo com um esforço a mais, e cuidar você mesmo dessa área.

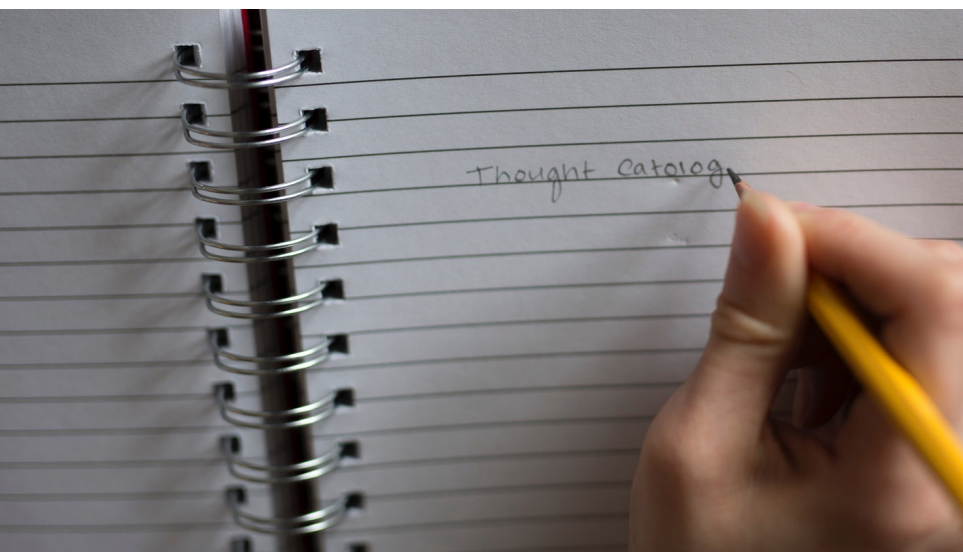


Eleja prioridades

Quando for planejar o seu material em *visual law* (sim, antes de colocar a mão na massa para produzir é sempre necessário passar pela etapa de planejamento) você deve eleger as prioridades.

Tentando pensar como pensaria o seu destinatário, pergunte a você mesmo o que seria mais importante para o seu convencimento?

Se o caso estiver versando sobre um ponto ainda controverso no Direito, certamente uma jurisprudência que defenda o seu ponto terá uma importância grande.



Eleja prioridades

Já, diametralmente, caso verse sobre um direito já pacificado – a exemplo de pedido de alimentos comuns – não tem grande importância uma jurisprudência.

Também se demonstra como um ponto importante a ser destacado através do *visual law* o pedido de tramitação com urgência pelo autor ser idoso. Quem possuir direito a tal urgência vai fazer questão de usar, não é?

Eleja as prioridades para usar o *visual law* nelas e não em todos os cantos da sua petição. O excesso de recursos visuais tende a surtir o efeito contrário do pretendido: causa irritação no leitor e afasta a sua atenção.



A percepção dos magistrados

Falamos sobre evitar excesso de recursos visuais para não surtir efeito inverso do pretendido pelo *visual law*.

Essa é justamente a percepção que os magistrados têm.

Em uma **pesquisa** realizada “com magistrados federais de 17 estados apurando a opinião de cada um deles acerca da aplicação do visual law no cotidiano” apontou como resultado que 77,12% dos juízes “indicaram que o uso moderado dos recursos visuais facilita a análise da petição.”



Já quanto ao excesso, a mesma pesquisa indicou que o uso de elementos visuais gera desconforto quando usados de maneira excessiva.



A percepção dos magistrados

Ou seja, o nosso principal destinatário está nos informando que o recurso é útil mas que devemos cuidar de usá-lo com parcimônia, sob pena de gerar neles um desconforto que implicará em prejuízo na análise da nossa peça processual.

A sugestão que fica é encontrar um equilíbrio entre a tradição jurídica da escrita e o uso de recursos visuais.

Já verificamos em processos nos quais atuamos petições repletas desses recursos, aparentando que os colegas que as desenvolveram se preocuparam mais com a estética do que com o conteúdo.

Não esqueça que o nosso objetivo é o convencimento e não a beleza.



Mas e a aplicação prática?

Como mencionamos logo no início, este *ebook* não comporta o ensino de como utilizar as ferramentas de design na prática para que você possa fazer o *visual law* do seu escritório por conta própria.

Seria necessário um livro específico sobre o assunto e ainda assim correríamos o risco de tratar a coisa de maneira abstrata e não lograr êxito no objetivo de fazer você entender.

Mas já podemos te adiantar que os profissionais de design utilizam como ferramentas o Adobe Illustrator, CorelDraw, Adobe InDesign e Adobe Photoshop.

O problema é que para se alcançar o nível de destreza no manuseio desses softwares ao ponto de conseguir fazer o trabalho você mesmo levam-se anos de prática, ou é necessário um curso imersivo para que o



Mas e a aplicação prática?

profissional adquira o conhecimento prático necessário. Mas há solução para isso.

Sugerimos algumas ferramentas mais simples através das quais se conseguirá começar a elaborar o *visual law* em menos tempo, porém, com menos liberdade criativa do que as mencionadas no parágrafo anterior.

O próprio Word conta com um acervo de imagens e ícones que o usuário pode utilizar. Basta clicar na aba “inserir” e em seguida em “ícones”, assim o editor irá abrir um acervo online com uma infinidade de ícones. Se você quiser inserir uma imagem, também é possível através da aba “inserir.

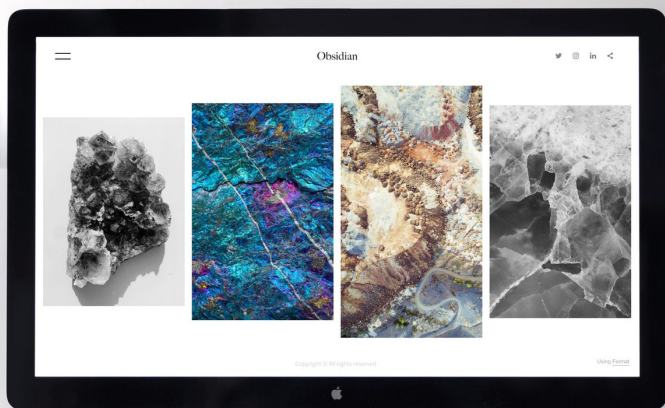
Mas o Word não te permite criar. Por ele é possível tão somente inserir um elemento que já está pronto.



Mas e a aplicação prática?

Para criar uma linha do tempo, um quadro esquemático, uma tabela ou um gráfico, por exemplo, sugerimos o uso do Canva ou do Powerpoint.

A nossa principal sugestão, nesse ponto, é o Powerpoint, por ser uma ferramenta com a qual praticamente todos já tiveram contato, tornando-se mais fácil a compreensão de como ela funciona.



Fontes de imagens e ícones

Se você decidir tentar fazer o visual law por você mesmo então você pode contar com o suporte de sites que trabalham como banco de imagens e ícones gratuitos.

Abaixo seguem sites em que você pode encontrar imagens pesquisando por termos do seu interesse:



Pexels

Vecteezy

Freepik

Também é muito útil o uso de ícones. Nesse caso sugerimos o site **Flaticon**.



Aplicações comuns

Por fim, veja algumas indicações de aplicações nas quais pode ser muito útil o uso do visual law.

- Petições mais complexas

- Resumos visuais de peças

- Memoriais

- Resumo visual de contratos

- Termos de cookie e termos de uso

- Relatórios de atividades jurídicas



Caso você queira um suporte na implantação do *visual law* em seu escritório, pode contar com nossa ajuda através do treinamento *in company* que desenvolvemos pensando nos escritórios de advocacia.

Você não precisa sair e nem enviar um funcionário seu para a capacitação, nós mesmos iremos até o seu escritório e, em uma análise em conjunto com você, selecionaremos o melhor método e treinaremos o seu pessoal.

Entre em contato por e-mail ou por telefone para conhecer mais.

contato@revistacapitaljuridico.com.br

68 99238-0093



Aplicando
VISUAL
LAW
no seu
escritório